

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Data: 05/10/2023	Horário: 9h às 12h	Local: Edifício Matarazzo – Viaduto do Chá, 15, 7º andar – Sala de Reunião 2
------------------	--------------------	--

Conselheiras e conselheiros Titulares e Suplentes da Sociedade Civil Presentes na Reunião:

1. Vera Helena Lessa Villela (Titular) - Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo – PRESIDENTE;
2. Isabela Ferraz Davies (Suplente) - Missão Paz;
3. Maria Angélica Correia de Oliveira (Titular) – Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais – Rede BT
4. Solange Cavalcante da Silva Redolfi (Titular) – Fórum de Sustentabilidade do Butantã;
5. Denise Meira Gonçalves Vilas Boas – (Titular) – SESC – São Paulo;
6. André Luzzi de Campos – (Titular) – Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar.
7. Beatriz Thomaz de Paula – (Titular) – ONG Banco de Alimentos
8. Tania Maria Alba – (suplente) – Associação União do Jardim São Francisco e Rodolfo Pirani.
9. Jair Cardoso Neto – (Titular) – RENAFO – Rede Nacional de Religiões Afro Brasileira e Saúde (São Paulo)
10. Dalva Maria de Oliveira – (Suplente) – Movimento Pelo Direito a Moradia -MDM
11. Fabricio Muriana Arêa Lima – (suplente) – Instituto Regenera
12. Regiane Nigro – (titular) – Instituto Kairós;
13. Maria Angela Raimondo – (suplente) – CROPH
14. Rita Helena Bueno Pinheiro – (titular) – CRN3

Ausências justificadas sociedade civil:

Sheila Araújo Costa (Suplente) Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo – SINDSEP-SP;
Narciso Rios Oliveira (Suplente) – Associação Paulista Nutrição
Beatriz Sinelli Lahan – (titular) – Associação Paulista de Gestores Ambientais

Conselheiras e conselheiros Titulares e Suplentes do Poder Público Presentes na Reunião:

- 15 - Maira Cavalcanti Rocha (Titular) – Secretaria Municipal Direitos Humanos e Cidadania
- 16 - Monica Cordeiro Nogueira da Cruz – (titular) - Secretaria Municipal Educação
- 17 - Amanda Bianchi Leonardo Rodrigues – (Suplente) – Secretaria Municipal Educação
- 18 – Josie Cleia Santos Miranda – (suplente) – Secretaria Municipal da Saúde
- 19 – Brigitte Baum – (titular) – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente
- 20 – Lia Palm – (titular) – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
- 21 – Poliana Lisbora – (suplente) – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.
- 22 – Eduardo dos Anjos Barbosa – Secretaria de Governo Municipal

Ausências justificadas poder público:

Emanuel Coelho da Silva - (Titular) – Secretaria Municipal Direitos Humanos e Cidadania
Sueli Manesco - (titular) – Secretaria Municipal da Saúde

Convidadas/os, colaboradoras/es e observadoras/es

Monica Rodrigues Bello –(Suplente) – SMDET

Ana Márcia Fornaziero Ramos – FGV

Glória Miller – Fórum Paulista de Combate a Impactos de Agrotóxicos e Transgênicos

Viviani Fontana – CRN3

Francisco M. Aires – APGAM

Secretário Executivo do COMUSAN-SP

Luís Felipe Alcaniz

PAUTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COMUSAN-SP

LINK DA REUNIÃO ONLINE Microsoft MEET - <https://meet.google.com/aay-hcjh-qhr>

9:00 – Abertura da reunião: acolhimento e apresentação dos participantes (favor colocar dados de identificação no chat também: nome e entidade que representa, se é conselheiro titular ou suplente) e preencher o link da lista de presença, disponibilizado no chat da reunião.

9:30 – Início da reunião com qualquer número de participantes

9:30 – 9:35: Consulta a conselheiras/os sobre ata de outubro de 2022 para aprovação.

Colocada em votação e aprovada ata de outubro de 2022 – relato do Festival de Cultura Alimentar – DMA 2022.

9:35 – 10:30 - INFORMES DA EXECUTIVA, das COMISSÕES PERMANENTES, do Obsanpa e da Com.

Organizadora da VIII Conferência de SAN, das COMISSÕES REGIONAIS e da Comissão de Curadoria e

Organização da Semana Municipal de Alimentação (5 minutos para cada Comissão e 10 para Comissão de Curadoria e Organização da Semana Municipal de Alimentação).

Da Executiva:

- Projeto conjunto COMUSAN-SP e FGV nos territórios – Agendamento de reunião com representantes do COMUSAN-SP nas secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico e Trabalho – Coordenação de Agricultura – data proposta – 24/10, no período da manhã com alunas/os da Disciplina de Administração Pública da FGV, dando sequência ao projeto. A professora Ana Márcia traça um breve histórico do projeto desde agosto de 2023, tendo como primeiro passo conhecer as ações desenvolvidas pela sociedade civil e alguns equipamentos públicos: feiras, mercados. Essa etapa de articulação com conselheiras/os das regiões Leste – Pai Jair; Norte – Autonomia Zona Norte; Movimento pelo Direito à Moradia – Dalva – Zona Sul; Zona Oeste – Rede Butantã e Fórum de Sustentabilidade do Butantã – Angélica e Solange. Concomitantemente, alunas/os foram orientados a tomar contato com I PLAMSAN e levantar os objetivos/metapropostas para cada área. A seguir, explica a proposta da entrevista que é identificar como as secretarias se vêem nessa relação, tendo sido selecionadas: Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, incluindo COSAN e Coordenadoria de Agricultura – SMDET. Convite ao COMUSAN-SP e COSAN para reunião na FGV, para conversa de todas/os alunas/os com COSAN. Luís Felipe, secretário executivo do COMUSAN-SP fará a ponte com COSAN para facilitar articulação. A executiva fará a articulação com as secretarias, informando objetivos e compartilhando os telefones de

conselheiras/os do poder público. Cada secretaria receberá um grupo de aproximadamente 5 pessoas.

Aproveitando a menção às secretarias que compõem o COMUSAN-SP e seus representantes, a presidente Vera lembra que a SMDHC precisa indicar seus representantes pela COSAN e também SMADS precisa indicar suplente. Vera lembra que na reunião anterior foi apresentando novo coordenador da COSAN – Arthur Xavier.

Evento mandato vereador Jair Tatto - Vera pontua que será necessário atualizar também as indicações da sociedade civil, pois houve várias mudanças e isso interferiu nos convites feitos pelo mandato do vereador Jair Tatto para evento na Câmara Municipal sobre políticas de SAN e enfrentamento da fome e pesquisa em SAN, que resultou no convite a conselheiras/os da sociedade civil e poder público que já não compõem mais o pleno. Também o COMUSAN-SP não teve acesso ao convite, pois ainda não temos acesso ao email institucional do COMUSAN-SP. Felizmente, o conselheiro André Luzzi recebeu o convite e nos representou apresentando o OBSERVATÓRIO de SAN de São Paulo, bem como a conselheira Maria Angélica de Oliveira, como coordenadora da executiva, representou o COMUSAN. Contamos ainda com a presença da conselheira Isabela Davies, da Missão Paz.

Vera relembra que foi criado email do gmail do COMUSAN-SP que pode ser acessado pela executiva, porque tem a senha: comusan.sp@gmail.com

As conselheiras Angélica e Isabela fazem um breve relato sobre o evento, que contou participação de pesquisadores da USP, que fazem parte da Rede PENSSAN, da Secretaria da Educação e Agricultura – auditório lotado com participação intensa até o final do evento. Vereador Jair Tatto ofereceu seu mandato para apoiar as atividades do Observatório de SAN ao final do evento.

Isabela comenta que André fez uma solicitação de apoio ao inquérito de SAN, e o vereador se disponibilizou a incidir junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia para construir essa parceria.

OBSANPA

- estágio em parceria com Faculdade Anhanguera – dois alunos de extensão – discussão e pesquisa sobre Educação Alimentar e Nutricional nos projetos de cozinha, como Cozinha Cidadã – dificuldade de atividades de EAN, pela característica do projeto, pois não há articulação entre os restaurantes comerciais que são “contratados” para preparar e distribuir refeições por meio de marmitas. Vera faz um histórico desse projeto e seus formatos: pop rua e comunidades. Sugerido projeto Cozinha Escola de SMDet e Cozinha Escola de SMDHC e pensar nas cozinhas comunitárias que não estão vinculadas a programas públicos, como as cozinhas comunitárias de MST e MTST. Vera convida para atividade proposta pelo André de conversa com pesquisador que vem estudando esses projetos, à noite, virtual – link disponibilizado no grupo de whatsapp do COMUSAN-SP, às 18 hs. Direcionado aos alunos extensionistas e para todas/os conselheiras/os
- Painel SAN - Quanto à produção de artigos, já temos um material produzido pela professora Maria Paula do CREN, estudo do orçamento que Isabela e André vem construindo, a partir da solicitação do COMUSAN-SP para secretaria da Fazenda e Secretarias que compõem a CAISAN para apresentação de orçamento para SAN em 2023. No resgate histórico dos projetos de SAN em SMDHC, Vera lembra que o projeto Cozinha Cidadã tinha previsão de término em setembro de 2022, mas que foi mantido por demanda do Ministério Públicos Estadual, que tem atuação específica com relação à garantia do DHANA para as populações em situação de rua. Angélica sugere que procuremos pautar estudo sobre esses tipos de programas, para permitir acesso aos dados de como estão sendo executados. A Conselheira Rita sugere fazer um comparativo entre o que o poder público oferece e a sociedade civil, colocar no painel SAN como proposta de pesquisa

- COMUSAN CONECTA – Solicitada indicação de tema/pauta para o de novembro, porque o de outubro não aconteceu.

Das Comissões Regionais:

- Atividade dos Pontos de Economia Solidária no SESC Pinheiros – Comissão Regional Oeste – atividade articulada com as organizações da Zona Oeste. A conselheira Angélica pontua que temos apoiado e discutido como conselho a importância desse tipo de iniciativa. Atualmente, o Projeto Pontinhos, que é uma ampliação do projeto original, está com 6 pontos de venda e distribuição na região oeste - Butantã, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Vila Sônia, com base na metodologia do Ponto inicial – princípios da economia solidária e SAN: produtos agroecológicos e artesanato. Vera e Angélica retomam a articulação do COMUSAN-SP com esse Projeto. COMUSAN-SP fez uma incidência junto ao Instituto Butantã para permanência do CECCO e do ponto de Economia, por solicitação do movimento, a partir da apresentação da Sônia Hamburguer, que é uma das coordenadoras do projeto, numa das reuniões ordinárias do COMUSAN-SP. E a demanda dos movimentos e do COMUSAN-SP colaborou para a elaboração de um acordo que levou à revisão do projeto do INSTITUTO BUTANTÃ que pretendia instalar estacionamento e uma ampliação da unidade industrial, tendo em vista que há muito espaço para ser ocupado sem o deslocamento de serviços já consolidados, como o CECCO e o Ponto de Economia Solidária. Ponto de Economia Solidária foi indicado como prioridade para orçamento de 2023/24 e teve até emenda parlamentar para sua manutenção e ampliação, que não foi executada pela Secretaria Municipal de Saúde. Uma das estratégias mais interessantes é sair do olhar do empreendedorismo individual, para empreendimentos coletivos – projeto saiu da rede de Saúde Mental – inicial no CECCO, como possibilidade de geração de trabalho e renda para usuários atendidos na rede de Saúde Mental, ampliando para Promoção da Saúde e SAN com atividade de comercialização de produtos da agricultura familiar e agroecológica, tanto do município de São Paulo, como de cooperativas e assentamentos do estado de São Paulo – Barra do Turvo e Sorocaba. No caso dos Pontinhos, as organizações e movimentos têm implantado com seus próprios recursos, mas a Comissão Regional Oeste e o COMUSAN-SP propõem que se transforme num modelo para o município como um todo.
- Da Comissão Organizadora da Conferência Municipal de SAN
VI Conferência Estadual de SAN – Delegação – Tivemos problemas com a participação de representantes do poder público de SMDet – verba recolhida e foram substituídas pelos suplentes Hellen Paludetto e João – assessoria da deputada Márcia Lia - ALESP. Tínhamos uma delegação de 19 pessoas, mas os 4 representantes dos povos indígenas não puderam participar e não nos avisaram para permitir a substituição por suplentes, portanto, houve uma redução na delegação. Tínhamos representantes da zona norte, Leste, Sul, Oeste, da cidade como um todo. Maior parte da delegação não era de conselheiras/os, mas dos movimentos, principalmente dos movimentos de saúde, também agentes de pastoral negros, de pessoas que estão na luta por garantia de direitos nos territórios, muitas mulheres e muitas negras. De conselheiras/os participaram: Rita Helena Bueno Pinheiro, Maria Angélica de Oliveira, Pai Jair, Narcísio, Vera Villela. A Conferência aconteceu em Barretos, dos dias 26 a 28 de setembro. Do poder público estiveram presentes: Maíra, da SMADS, Luiza, da COSAN/SMDHC; Emanuel, de SMDHC, Patrícia Vieira, da Saúde, que teve o ponto liberado, mas que teve as despesas bancadas pelo movimento em que participa, Hellen e João, da ALESP, Efe e Natália Chaves, da Bancada Feminista da Câmara Municipal. Para a conferência nacional, pela CRSANS Capital havia 8 vagas da sociedade civil e 5 vagas do poder público: Maíra, Emanuel e Luiza, como conselheiras/os e Helen e Efe pela ALESP e Câmara saíram como representantes do poder público. Tivemos a Denise Meira, conselheira do COMUSAN-SP pelo SESC como convidada. E três componentes da delegação da capital saíram pelas cotas: pai Jair, pelos povos de terreiro; Romilda, pela população negra e Waldir pelos quilombolas. A Conferência Nacional acontecerá em Brasília, de 11 a 14 de dezembro. Bastante rica a possibilidade de “conferir” as políticas públicas de SSAN no

Estado e com representantes de todas as regiões, num total de 350 pessoas. Lembrando que desde 2015 não havia conferência estadual. Muitas das nossas prioridades, da capital, são prioridades também para outras regiões do estado. A presidente Vera participou das discussões do Eixo III e uma das propostas do município, que destacava a importância e necessidade de fortalecer os vários tipos de agricultura, foi considerada bastante abrangente e completa, tendo sido eleita como prioridade do eixo III. As propostas fortes aparecem nos vários eixos. Avaliação da presidente é que alcançamos os objetivos propostos. Logicamente há conflitos, que é natural nessas situações e são importantes para avaliar e crescer. Vera destaca importância de fazermos uma conversa antes da conferência, entre a delegação da capital, para definir estratégias de participação, prioridades.

Angélica também faz seu relato da conferência, da intensidade dos trabalhos, também no outro grupo do segmento 3, cabendo esclarecer que foram montados 2 grupos para cada eixo, com bastante discussão e atuação meio truculenta do coordenador do grupo, que acabou levando o grupo a se posicionar de forma muito firme, foi possível apaziguar o grupo e realizar trabalho efetivo. Interessante trazer como estamos alinhados nas discussões e destaca o papel do Fórum Paulista de SSAN. Presença muito forte e pesada do agronegócio nessas discussões, fazendo embate e provocando exercício de respeito e escuta. Conseguiu conversar com algumas pessoas depois da conferência, como a Avany, que saiu delegada como representante dos povos indígenas, e que não compareceu. Explicou que houve uma falha de entendimento com relação ao transporte, e que esta esperava uma articulação da SMDHC. Algumas características dos grupos de cotas, como os povos indígenas, talvez exijam uma outra estratégia de troca e aproximação, que os grupos de whatsapp não dão conta. Lembrando que formamos grupos de delegados por macrorregião onde passávamos todas as informações, de forma insistente.

O Conselheiro André faz uma sugestão de nos aproximarmos mais do Consea Nacional que nesse momento tem como objetivo a construção do III Plano Nacional de SAN. Os tempos não estão sinérgicos no que diz respeito aos períodos de eleição, o que pode dificultar um pouco a governança, mas também estamos construindo o II Plano Municipal de SAN. Muito oportuno ao pensarmos nas propostas, considerarmos alguns aspectos na metodologia, considerando que esta é uma das conferências mais inclusivas das 6 que já tivemos no país. E agora temos que aprender e apreender alguns elementos que possam tornar nosso plano municipal mais robusto, com maior viabilidade de implementação. Talvez fazermos uma oficina, num COMUSAN CONECTA para construção metodológica para construção de nosso II PLAMSAN.

Rita lembra que a comissão de políticas de SAN e ações de SAN sugeriu fazer um COMUSAN CONECTA com todos os conselhos, considerando que vários deles também estavam em processo de conferências seria importante um apanhado desses resultados. A proposta era fazer uma articulação/convergência e propõe que tentemos fazer ainda esse ano.

André reforça que esse é o papel do COMUSAN CONECTA e que por isso foi feito levantamento dos 50 colegiados conselhos e comissões, os quais vem sendo convidados para participar de nossos encontros, bem como governo aberto. Propõe que o COMUSAN Conecta seja um Conselho de SAN, nos moldes do Conselho da participação social criado no atual governo federal.

- Conferências nacionais livres de SAN. Reforça a realização das conferências livres que vem acontecendo e vão acontecer até uns 10 dias antes da conferência nacional e que serão divulgadas no grupo de whatsapp do COMUSAN, lembrando que a próxima se refere ao direito à alimentação da população LGBTQIA+, tendo sido construída em conjunto com o Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Da Comissão de Curadoria e Organização da Semana Municipal de Alimentação

- compartilhamento da atualização da Programação da Semana proposta pelo COMUSAN-SP E SESANA e solicitação de participação de conselheiras/os da sociedade civil e do poder público para viabilizar as atividades propostas. Solicitada vinculação e inserção das organizações

conselheiras nas atividades da Semana Municipal, citando como exemplo a atividade da Tenda da Água, que será desenvolvida pelo COMUSAN-SP, no dia 15/10, domingo, em parceria com o Núcleo Paulista da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Sugerida realização de exercício sobre a metodologia de utilização da Tenda no dia 09/10 a tarde ou no dia 10/10, no Sindicato de Nutricionistas. Proposta é utilizar nos dias 15, 18 e 21/10 e Vera e Angélica já tem participação confirmada.

Vera explicita as atividades previstas para cada dia da semana, desde o dia 15/10, na Paulista onde estão programadas 4 tendas coordenadas pela SESANA que discutirão a nova rotulagem de alimentos, os princípios do Guia Alimentar para a população brasileira, realização de antropometria; oficinas de culinária com chefs tendo água e sucos e alimentos frescos como ingredientes. Vera relata que convidou Linhas de Sampa para participar das atividades do dia 15/10, e que a condição do grupo é que as mensagens/bordados que costumam pendurar no varal possam expressar a visão que têm sobre a questão da privatização da água, vinculada à privatização da SABESP. Solicita posicionamento do pleno com relação às condições do grupo. Eduardo pergunta qual é o dia mais estratégico e Vera reforça que será no dia 18/10, quando entregaremos as recomendações para o II PLAMSAN. Rita questiona se haverá transporte para as atividades regionalizadas, principalmente na Zona Leste, que permitiria participação de mais conselheiras/os, assim como no dia 17/10 no Cresan Butantã – Tema: Gestão da Água nas cidades e irrigação. Oportunidade para conhecer os CRESANS. No dia 18/10 serão as atividades de incidência política, no CRESAN Vila Maria, além de oficina de sucos promovida pela SESANA e há proposta de atividade de plantio com as crianças da escola vizinha. Vera reforça a importância da participação de conselheiras/os nas diversas atividades e, em especial no dia 18/10, quando acontecerá a entrega das recomendações para o II PLAMSAN, com a sistematização das prioridades da VIII CMSAN-SP e forma de mostrar a importância da atuação efetiva da CAISAN municipal, que não desenvolve suas ações desde março de 2023, e que já vinha de um longo período sem atividade. Num ano de conferência, em que o poder público deveria ter se articulado para participar e acompanhar o diagnóstico e as demandas da população, isso não ocorreu. A presidente do COMUSAN-SP lembra que quem constrói o Plano Municipal de SAN é a CAISAN. O papel do COMUSAN-SP é apresentar as diretrizes e prioridades e é a CAISAN que deve articular os planos das diversas secretarias para garantir que as ações possam acontecer, ser monitoradas e acompanhar o impacto destas ações na mudança do perfil da fome e insegurança alimentar e nutricional na cidade, de acordo com o previsto nas metas. Como o tema do Dia Mundial da Alimentação é o direito à água, a abertura do dia 18/10 será conduzida pelo pesquisador e trabalhador da SABESP Edson Aparecido da Silva, Sociólogo e Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. Secretário Executivo do ONDAS (Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento) e Assessor de Saneamento da FNU (Federação Nacional dos Urbanitários), membro do Fórum Alternativo Mundial da Água e pesquisador do Instituto Pólis, que discutirá a questão da água como direito humano e as consequências da privatização da SABESP. Após essa abertura faremos a apresentação das recomendações para o II PLAMSAN e abertura para as falas das secretarias presentes, principalmente a SESANA e a SMDHC. No dia 19/10 acompanharemos atividade proposta pela CEAGESP e no dia 20/10 está confirmada atividade no CISARTE, serviço que atende população em situação de rua para discutir o direito à água. Por fim, no dia 21/10 teremos o fechamento das atividades da semana, na Missão Paz com o Festival de Cultura Alimentar e Participação Social onde acontecerá o Comidaço, cine debate, Tenda da água, exposição de empreendimentos de economia solidária, de migrantes. Tudo isso por meio da articulação com o Instituto Capim Santo, Banquetaço, Gastromotiva, que são organizações conselheiras, intervenção artística de um grupo de samba. Será o momento de finalização e de conagraçamento.

- planilha para registro das atividades do COMUSAN-SP, das Secretarias Municipais, das organizações conselheiras e parceiros do território - não localizamos o link.

- André compartilha planilha com levantamento de conselhos, comissões, https://docs.google.com/document/d/1Mvhf2JoGJeired3hGYngSaNTIGyiUb_yedUvEI4Rsi4/edit?usp=drivesdk

10:30– 11:45 h - PONTOS DE PAUTA:

- Carta Política da VIII CMSAN-SP – Minuta em anexo e no link a seguir – Anexo I https://docs.google.com/document/d/1is_A7zLsWkgR02dkrFUO8G3Sd_Mtcvpl/edit – apresentação e leitura da carta política, para que o pleno possa fazer sugestões e inclusões
A partir da leitura da carta política surgiram sugestões para aprimorar a metodologia da próxima conferência de SAN, considerando uma etapa do “conferir”, que seria uma análise da situação das políticas públicas de SAN no município e que constituiria a contextualização da carta política, além de dar mais consistência para a construção das propostas da Conferência, como ocorreu na conferência municipal de Assistência Social, trazida pela conselheira Maíra, de SMADS. O conselheiro André considera que a carta política do município está muito genérica e deveria fazer referência aos programas e políticas que o município já desenvolve, mas lembramos que não houve aprofundamento da discussão dessas políticas. O colaborador Chico pontua a necessidade de explicitar os princípios das atividades de capacitação, citando Paulo Freire e indicou-se inserir “com base na educação popular”.
- apresentação das **Recomendações ao II PLANO Municipal de SAN no II Festival de Cultura Alimentar** – Anexo II - entregues em 16/10/2022 - definição de grupo de trabalho para revisão e ampliação das recomendações para II PLAMSAN – leitura das recomendações pela conselheira Rita Helena. O Conselheiro André lembra que o fato de estarmos em atraso na elaboração do II PLAMSAN nos coloca numa situação frágil dentro do SISAN. Propõe que encaminhe via SEI os documentos e solicitemos a instalação de um grupo de trabalho para a elaboração do PLAMSAN.
Maíra propõe que se reforce a necessidade da rearticulação da CAISAN.
Encaminhamentos: Colocado em votação e aprovada a Manutenção das recomendações com a inclusão das atualizações, referências, links para documentos citados, inclusão da Política da Primeira Infância, de Mudanças Climáticas.
<https://drive.google.com/drive/folders/1PF9cPm3iSEAFbnYMMWP6DVZiLxBIT7Ed> - aprovado
- Minuta de Decreto visando instituir Política Municipal de Vigilância em SAN – contribuições na revisão do texto, em especial às Conselheiras e Conselheiros do poder público, que façam consultas em suas secretarias sobre o teor do documento para que corresponda às diferentes dinâmicas de vigilância/produção de dados em cada setor/Política.
Encaminhamentos: Votamos e aprovamos o encaminhamento da Minuta para CAISAN via SEI, assim como para o prefeito, para a Câmara
<https://docs.google.com/document/d/1pHMT0613Ent09SYK38AoV7NnVLZbzXrABK44IQlqBfg/edit?usp=drivesdk> – link para a minuta de decreto da Política Municipal de Vigilância em SAN.
- Acordo de Cooperação com Centro de Excelência e Combate à Fome – PMA – retomar cooperação da cidade com esse programa da ONU - informe do conselheiro André com um termo de cooperação guarda-chuva e 4 linhas de ação – apoiar as ações do Observatório – Sistema Municipal de Vigilância em SAN, articular com a Comissão de Orgânicos; Agricultura urbana na cidade, com CMDRS; Equipamentos Públicos de SAN e Abastecimento, que são os pontos mais consolidados das políticas de SAN. Se outras secretarias tiverem interesse, é possível buscar construir programa de trabalho específico – não há repasse de recursos, mas um trabalho colaborativo para ampliar a governança, objetivo seria potencializar o trabalho que já fazem. Está terminando um Plano de Ação do Observatório
- Minutas de Editais Fundo de Combate à Fome – constituição de grupo de trabalho para elaboração dos editais para aplicação do Fundo de Combate à fome – Reunião com secretaria de direitos humanos para colaborar na construção dos editais para o Fundo de Combate à Fome no dia 6/10, a partir das 13:30 h e estendemos convite para demais conselheiras/os interessados. Participantes das

2 reuniões já ocorridas: André, Angélica, Isabela Davies, Rita Helena, Vera – sociedade civil e Secretária Sônia Francine, Emanuel, Isabela, Luís Fernando, Andréia, Carlos Fernandes, Luís Felipe – SMDHC – contribuímos na construção do edital, que já está minutado. A proposta da reunião de 6/10 é conversar com assessoria jurídica para fazer acertos e correções necessárias e espera-se que até novembro coloquemos os editais para adesão das organizações e coletivos, já que se trata de um Fundo de Combate à Fome e quem tem fome tem pressa. Esse dinheiro precisa chegar o mais rápido possível nas comunidades.

https://docs.google.com/document/d/1unFYGjkVeFQxAnEZTf1owi6dLlxg3l_jfM3hqtPlpg/edit?usp=drivesdk – link para as minutas de editais

- Constituição da Comissão Eleitoral para coordenar processo de eleição da IX Gestão do COMUSAN-SP (vide decreto e regimento interno do COMUSAN-SP) – A conselheira Rita Helena solicita informações sobre período de atuação da Comissão Eleitoral e a presidente Vera explica que, pelo menos, 4 meses, de novembro de 2023 a fevereiro de 2024. Leitura do trecho do decreto que define o prazo de constituição e composição da Comissão Eleitoral do COMUSAN-SP. Definidos como representantes da sociedade civil, que devem ser em número de 6: André Luzzi Campos, Denise Meira, do SESC; Vera Helena Lessa Villela – Sindicato de Nutricionistas do Estado de São Paulo; Solange Cavalcanti Redolfi – do Fórum de Sustentabilidade do Butantã; Maria Angélica de Oliveira – Rede Butantã, do e do poder público: Maíra Cavalcanti, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e indicou-se um representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e mais um representante a definir, a ser articulado pela Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional. Necessidade de complementar a Comissão com um representante da sociedade civil e do poder público. Colocado o ponto em votação e aprovada a Comissão Constituída, a ser complementada. Indicação de primeira reunião da Comissão Eleitoral para 30/10, no período da tarde.
- Propor transferência da reunião ordinária do COMUSAN-SP de 19/10/2023 para o dia 26/10/2023 – ponto não abordado

A presidente Vera agradece a participação de todas e todos e sua contribuição para o bom andamento da reunião, dando a mesma por encerrada.

Esta Ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião, sendo elaborada pela presidente Vera Villela com apoio do secretário executivo Luís Felipe Alcaniz.

Luis Felipe Alcaniz
RF: Secretário Executivo

Vera Helena Lessa Villela
Presidente

ANEXO I – CARTA POLÍTICA DA VIII CMSAN-SP

VIII Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

“As políticas de enfrentamento à fome e o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Município de São Paulo”

Carta Política

No atual contexto de uma combinação de aumento da prevalência de desnutrição e de obesidade, de doenças crônicas não transmissíveis, aliadas às mudanças climáticas e crise socioeconômica, constituindo uma zoonose global, acentuam-se a fome e a insegurança alimentar e nutricional em todo o planeta.

Em nosso país vivemos inúmeros ataques à democracia e aos direitos sociais nos últimos anos, com nosso retorno ao Mapa da Fome da FAO. Essa situação tornou-se ainda mais grave com a pandemia de COVID 19, pois a chegada do coronavírus em nosso território foi acompanhada de um intenso empobrecimento da população.

Foram imensas as repercussões para a garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, com maiores dificuldades de acesso a trabalho e renda, deterioração das condições de moradia ou a perda delas, com aumento do número das pessoas em situação de rua, desvelando-se uma infraestrutura urbana inadequada e desigual, bem como acesso aos serviços públicos e alimentos em quantidade e qualidade adequada.

Ao lado disso, os mecanismos de participação e controle social foram sendo extintos ou esvaziados, com a extinção do CONSEA Nacional, a fragilização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e de políticas públicas fundamentais.

Esse também é o cenário para a cidade de São Paulo. Reconhecendo que, a partir do início do século XX, ela se constituiu como o centro econômico do país, é preciso revelar também que esse intenso crescimento econômico esteve apoiado na constante produção da miséria.

Apesar dessa realidade é importante destacar que mantivemos a resistência e ousamos lutar, realizando a VII Conferência Municipal de SAN em 2019 e apresentando um conjunto de prioridades e diretrizes para a elaboração do II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo.

Com a retomada do protagonismo do SISAN, a partir da reativação do Consea Nacional em 2023 impõe-se a necessidade da realização das Conferências de SAN, que não aconteciam de forma articulada desde 2015.

Para garantir a efetivação do disposto na Lei Municipal nº 15920/13, que institui os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: as Conferências, a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP) e determina que cabe ao COMUSAN-SP “convocar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CMSAN, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos”; publica-se a Resolução nº **001/SMDHC/COMUSAN-SP/2023**, alterada pela Resolução Nº **002/SMDHC/COMUSAN-SP/2023** a VIII Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo.

O processo de organização da VIII CMSAN/SP foi anterior à definição do CONSEA Nacional e Estadual quanto às temáticas e eixos a serem trabalhados nas Conferências Nacional e Estadual.

Apesar de estar previsto na Lei Orgânica de SAN do Município que é competência do poder público o financiamento e apoio logístico para a concretização do processo de conferências, a realização das Conferências de SAN ainda não compõem o orçamento do Município de São Paulo. A situação de transição da área de SAN da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), que se deu em maio de 2023, tornou esse cenário mais difícil e complexo.

Deve-se destacar que a realização da VIII CMSAN-SP se deu por meio de apoio administrativo e disponibilidade de reduzido quadro de pessoal, que se desdobraram para garantir sua realização a contento.

Da mesma forma, o apoio e empenho efetivo de um grupo conselheiras e conselheiros do COMUSAN-SP, tanto da sociedade civil, como do poder público, bem como de colaboradoras e colaboradores de organizações e movimentos ligados à SAN, alunas e alunos de cursos de Graduação em Nutrição de instituições de ensino superior foi decisivo para a realização de algumas atividades chave das várias etapas das pré conferências Macrorregionais e da Conferência Municipal.

A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CMSAN/SP ocorreu nos dias 04 e 05 de agosto, no Instituto Biológico, Av Conselheiro Rodrigues Alves, 1252 Vila Mariana, com a participação de 251 pessoas, dos quais 177 eram delegadas e delegados, da sociedade civil e agentes públicos eleitos

democraticamente nas etapas que ocorreram nas sete macrorregiões da cidade, ao longo de junho de 2023, e das três atividades livres, realizadas em julho de 2023; além de 11 convidadas e convidados e 63 observadoras e observadores.

A VIII CMSAN/SP consolida as etapas da construção de documento de diretrizes e prioridades para a Política e Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como base a consagração da alimentação como direito humano e com o tema “**As políticas de enfrentamento à fome e o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Município de São Paulo**”.

Apesar da baixa presença e participação tanto da sociedade civil quanto de representantes do governo, incluindo a baixa presença de conselheiros (sejam do poder público, sejam da sociedade civil) - processo que será analisado no relatório final – o debate resultou em diagnóstico, análise e elaboração de propostas consistentes para fortalecer os componentes do SISAN

A partir da discussão de ações e experiências de sucesso da população, de diagnósticos de dificuldades e barreiras ao acesso universal a alimentos e de propostas para ações de superação dessas dificuldades das 7 (sete) Pré-Conferências Macrorregionais e 3 (três) Atividades Livres, a VIII CMSAN/SP construiu **171 propostas**. Estas revelam a demanda da população por um orçamento que aborde a situação de forma integral, priorizando os grupos mais vulneráveis e articulando ações em caráter emergencial, assistencial e estruturante nas áreas de **abastecimento; agricultura; articulação, institucionalização e comunicação do SISAN, educação, saúde e escola; grupos em situação de vulnerabilidade; participação e controle social; geração de emprego e renda, empreendedorismo e economia solidária; capacitação e qualificação em SAN e direitos humanos, cultura alimentar.**

Reforçando os princípios da participação social, da soberania alimentar e nutricional, da descentralização, da intersetorialidade, da sustentabilidade, de acordo com os 17 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, destacam-se:

- a necessidade de orçamento municipal específico para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN) para que possa exercer suas atribuições legais, além de apoio constante do Poder Executivo Municipal com recursos necessários para atuar na formulação e na fiscalização de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), de forma a fortalecer o SISAN Municipal ampliando a transparência, a participação e o controle social.

- a demanda pela instalação de, pelo menos, mais 3 Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional na cidade, nas zonas Leste, Sul (conforme previsto no Plano Diretor Estratégico) e Central. **Ressalta-se** a necessidade na região central, tendo visto a complexidade deste território no que diz respeito ao enfrentamento da fome. Ainda, lembramos as atribuições e compromissos destes equipamentos, como articuladores das políticas de SAN, entre elas a realização de diagnóstico da situação de SAN, em conjunto com as comunidades do território em que estão inseridos, propondo e articulando a implementação das ações e políticas necessárias para enfrentamento da fome e insegurança alimentar e nutricional. E que podem integrar outros equipamentos relacionados à política e que também requerem descentralização, como Bancos de Alimentos, Restaurantes Populares, entre outros;
- A importância de aperfeiçoar e fomentar o sistema de vigilância de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para produção de diagnósticos e monitoramento contínuo da Insegurança Alimentar e Nutricional (INSAN) na cidade de São Paulo, contribuindo para a identificação de populações vulneráveis nos territórios, bem como das políticas públicas de SAN.
- a importância da descentralização e da articulação da administração pública relativa à programas de segurança alimentar e nutricional, para atender um território extenso como o do Município de São Paulo, fortalecendo as subprefeituras no apoio e fomento aos programas locais e no mapeamento das ações realizadas pelos movimentos sociais;
- o fortalecimento e ampliação de iniciativas de agricultura familiar urbana e periurbana no município, com foco na ocupação de espaços públicos e privados com agricultura, no provimento de recursos, estrutura e capacitação para hortas comunitárias, quintais produtivos e outras iniciativas, incluindo as de povos tradicionais (com enfoque em soberania alimentar) e as de agricultoras e agricultores familiares urbanos;
- o fomento da agricultura orgânica e agroecológica, garantindo assistência técnica e extensão rural individualizada, insumos agrícolas e sementes crioulas, estrutura logística e de comercialização dos produtos baseada em circuitos curtos, pensando em ampliação da qualidade e do acesso ao alimento próximo aos locais de consumo, valorizando o trabalho humano na terra, suas relações com o meio e sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, inclusive com a criação e fortalecimento de hortas escolares, nas quais a agricultura orgânica e agroecológica fazem

interlocução direta com segurança alimentar e nutricional nas escolas, com educação alimentar e nutricional e com educação ambiental;

- o resgate do caráter social e cultural dos espaços de abastecimento municipal, bem como sua ampliação e descentralização, para atender as áreas deficitárias, garantir uma política de comércio justo e solidário e fortalecer os circuitos curtos de comercialização de alimentos saudáveis e, preferencialmente, de origem agroecológica;
- a garantia do desenvolvimento de programas associados ao ciclo do alimento, considerando a produção, logística, comercialização, consumo e descarte, priorizando neste último o processo de compostagem como forma de geração de insumos agrícolas voltados a agricultoras e agricultores no território municipal;
- a promoção de processos de capacitação ampliados, continuados e permanentes para a população, conselheiros e profissionais estratégicos, promovendo a soberania alimentar e a difusão de princípios e diretrizes da segurança alimentar e nutricional com linguagem acessível aos diferentes públicos, apoiados nos princípios da educação popular, proporcionando a garantia de direitos;
- a necessidade de apoiar as iniciativas dos povos e comunidades tradicionais na prática de seus saberes e tradições no que se refere ao sistema alimentar, de modo a preservar e resgatar os aspectos históricos e culturais e garantir a ocupação do espaço;
- a necessidade de proteger nascentes, mananciais, rios e florestas da cidade de São Paulo e promover o uso racional da água (tecnologia de reuso), assim como de elaborar planos de contingência e emergência em situações de desabastecimento que não se contraponham à segurança alimentar e nutricional. Lembrando sempre que o acesso à água é imprescindível para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional;
- a prioridade na adoção de medidas de regulação e fiscalização para coibir práticas abusivas da indústria de alimentos que incentivam a população ao consumo excessivo e inadequado de alimentos ultraprocessados, com especial destaque para estratégias de comunicação mercadológica direcionadas às crianças e também de produtos competidores com o aleitamento materno;
- o fomento de políticas de redução de agrotóxicos e a garantia da transparência no processo de monitoramento de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, de aprovação e fiscalização de seu uso;

- a necessidade de intensificar as estratégias de promoção de educação alimentar e nutricional na comunidade escolar, e apoiar iniciativas de participação e controle social em relação à alimentação escolar;
- a garantia do acesso à alimentação saudável no ambiente escolar por meio da implementação da oferta de alimentação escolar 100% orgânica ou de base agroecológica, promovendo a efetivação da Lei nº 16.140, de 17 de março de 2015
- o fortalecimento de articulações de educação alimentar e nutricional e de agricultura urbana e periurbana por meio de hortas escolares que possam promover segurança alimentar e nutricional e proporcionar atividades que fortaleçam o projeto pedagógico das unidades;
- o fortalecimento de ações e programas para assegurar o planejamento articulado e a execução de políticas específicas e universais de segurança alimentar e nutricional direcionada aos grupos vulneráveis do município como população negra, povos de terreiro e matriz africana, indígena, cigana, imigrantes e migrantes, crianças, jovens, gestantes, idosos, pessoas em situação de rua e em ocupação, população LGBTQ+, pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras e pessoas com necessidades especiais de alimentação.

Os debates e propostas aprovadas no pleno final da VIII Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo implicam no compromisso de todas as pessoas envolvidas, governo e sociedade civil, em agir em prol da garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável e da Segurança Alimentar e Nutricional no município, reafirmando o valor da vida, o caminho do desenvolvimento equitativo e sustentável e da cidadania.

O compromisso aqui firmado considera imprescindível que o poder municipal disponha dos recursos humanos e materiais necessários, entre eles os financeiros, para a efetiva participação social, respeitando a legislação vigente.

Esta carta política reconhece o caráter soberano da Conferência para o fortalecimento do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Municipal de SAN.

São Paulo, 18 de outubro de 2023

ANEXO II – RECOMENDAÇÕES DO COMUSAN-SP para II PLAMSAN

RECOMENDAÇÃO Nº 003/2023

Interessado: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP)

Assunto: Elaboração do II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN).

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) é um instrumento de planejamento e gestão que tem como objetivo a implantação de políticas públicas, programas e serviços de forma integrada e coordenada, atento a conjuntura política social econômica e ambiental, consideradas as diferentes dimensões de segurança alimentar e nutricional e as demandas da população.

O PLAMSAN está previsto na Lei Orgânica 15.920/2013 em seu Art. 6º

Art. 6º Constitui a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CMSAN instância responsável pela indicação, ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP, das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do Município.

e na Lei Municipal nº 16.050/2014, que institui o Plano Diretor Estratégico da cidade, na seção referente aos equipamentos públicos.

Da mesma forma, figura no Decreto nº 57.007/2016, que trata da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como das diretrizes para elaboração do PLAMSAN.

Art. 12 O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser elaborado pela CAISAN-Municipal com base nas prioridades estabelecidas pelo COMUSAN-SP a partir das deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, será o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A Conferência Municipal é a instância máxima desse Sistema, pois é nesse momento de grande mobilização da sociedade que saem as prioridades e diretrizes da Política e do Plano Municipais de SAN.

Parágrafo único. Poderão ser firmados acordos específicos entre os órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta responsáveis pela implementação dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional, com o objetivo de detalhar atribuições e explicitar as formas de colaboração entre os programas e sistemas setoriais das políticas públicas.

A partir de um significativo processo de participação social e como resultado da VI Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em 2015, foi construído o I Plano

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído pela resolução 001 de 28 de junho de 2016.

Dando cumprimento ao decreto acima referenciado, ocorreu de agosto a setembro de 2019, a VII Conferência Municipal de SAN: Participação Cidadã e Soberania na Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

A partir das propostas das 7 (sete) Pré-Conferências Macrorregionais e 2 (duas) Atividades Livres, na VII Conferência foi aprovado o total de 55 (cinquenta e cinco) propostas prioritárias para subsidiar a revisão do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN). Estas, foram fruto da discussão de ações e experiências de sucesso da população, de diagnósticos de dificuldades e barreiras ao acesso universal a alimentos e de propostas para ações de superação dessas dificuldades.

Após a entrega do relatório da conferência, o pleno da sétima gestão do COMUSAN aprovou e indicou a constituição de um grupo de trabalho para analisar, avaliar e apresentar recomendações para atualização do plano. Em outubro de 2020 esse grupo participou da reunião da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de entregar o resultado do trabalho e subsidiar o processo.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho deu início a esse processo com apoio do Grupo de Trabalho do COMUSAN e foi elaborado um cronograma de reuniões semanais para avaliação do plano, análise das recomendações e repactuação com as secretarias componentes da CAISAN. Essa atividade se desenvolveu de novembro/2020 a julho/2021 com a retomada prevista para outubro após o retorno de cada secretaria envolvida.

Com as mudanças de vinculação da área de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho para as Subprefeituras, esse processo foi interrompido temporariamente.

Com a designação do pleno da 8 (oitava) gestão e sua posse em abril de 2022, o COMUSAN retoma o compromisso da apresentação do II PLAMSAN para a sociedade.

Por meio de atividade de formação denominada COMUSAN Conecta, realizada em 26 de setembro de 2022, e com aprovação e deliberação em uma reunião extraordinária em 06 de outubro de 2022, o COMUSAN complementa o documento de subsídios para elaboração de um novo plano, bem como relaciona contribuições para a definição da metodologia do processo.

Com a retomada do protagonismo do SISAN, a partir da reativação do Consea Nacional em 2023 impõe-se a necessidade da realização das Conferências de SAN, que não aconteciam de forma articulada desde 2015.

As etapas da **VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CMSAN/SP** ocorreram nos meses de junho, julho e agosto de 2023, incluindo 7 Pré Conferências Macrorregionais e 3 atividades livres. A VIII CMSAN/SP consolida as etapas da construção de documento de diretrizes e prioridades para a Política e Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como base a consagração da alimentação como direito humano e com o tema **“As políticas de enfrentamento à fome e o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Município de São Paulo”**. Desse processo resultaram 171 propostas nas áreas de: abastecimento; agricultura; articulação, institucionalização e comunicação do SISAN, educação, saúde e escola; grupos em situação de vulnerabilidade; participação e controle social; geração de emprego e renda, empreendedorismo e economia solidária; capacitação e qualificação em SAN e direitos humanos, cultura alimentar

Neste sentido, aproveitando a oportunidade do Dia Mundial da Alimentação, realizamos a entrega oficial desse documento para a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional.

1) Aspectos conceituais:

- A estruturação do plano deve considerar as múltiplas dimensões de SAN de forma a transversalizar as políticas públicas e fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN Municipal);
- O II PLAMSAN deverá considerar a insegurança alimentar e nutricional como grave violação de direitos humanos;
- O II PLAMSAN deve considerar os princípios da intersetorialidade, soberania alimentar, participação e controle social, descentralização administrativa e política no âmbito da implementação das Políticas Públicas;
- A descentralização e desconcentração da administração pública deverá, necessariamente, ampliar as vozes dos territórios e promover a articulação planejamento-gestão-financiamento;
- A elaboração do Plano deve adotar referências internacionais como Agenda FAO de Alimentação Urbana e Pacto de Milão por uma Política de Alimentação Urbana, tendo em vista que São Paulo é signatária do Pacto;
- O II PLAMSAN deverá apoiar-se numa abordagem sistêmica, considerando os diferentes atores e componentes dos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis;
- O II PLAMSAN necessita aprofundar e incorporar inovações na concepção de Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional.
- O II PLAMSAN deverá considerar na sua elaboração os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- O II PLAMSAN deverá ter centralidade na cultura alimentar, como um grande agregador dos temas da alimentação

2) Componentes metodológicos II Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN)

- Utilizar MapaSAN e o conjunto de dados produzidos pelo município nos diversos sistemas de informação e observatórios, especialmente do Observatório de SAN de São Paulo – OBSANPA, que contemplem as dimensões de SAN para subsidiar diagnóstico;
- Prever um período de vigência mais amplo para que as medidas de curto, médio e longo prazo se articulem e atravessem diferentes gestões;
- Vincular com Planos Regionais de Subprefeituras, de forma a construir Planos Regionais de SAN, estratégia para consolidar as Comissões Regionais de SAN, conforme previsto na estrutura do COMUSAN-SP

- Considerar as áreas conforme diagnóstico, impactos a serem alcançados e componentes dos sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis;
- Promover correspondência com plano Plurianual, orçamento (ex: rubrica Segurança Alimentar e Nutrição) e demais planos como programa de metas e setoriais;
- Tratar da regulamentação e gestão dos Fundos de Combate à Fome e de Abastecimento Alimentar recém-criados;
- Reforçar o acompanhamento do COMUSAN-SP, na implementação e desenvolvimento do PLAMSAN, de maneira sistemática e transparente, com periodicidade de monitoramento anual;
- Construir uma matriz formativa em Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (DHANA) a ser apresentada e articulada com as várias instâncias formadoras do Município para construção de uma matriz formativa comum e plataforma de educadores;
- Criar estratégias sistemáticas de articulação entre COMUSAN-SP e Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN para acompanhamento das ações e revisões estratégicas;
- Mapear boas práticas, planos e experiências exitosas de outros municípios e estados na área de Segurança Alimentar e Nutricional para subsidiar a construção do II PLAMSAN e suas revisões
- Incluir instrumental de registro das violações do direito humano à alimentação para o sistema de Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania
- Prever elaboração de Planos de Ação Anuais para equipamentos de SAN: Centros de Referência, Bancos de Alimentos, Armazéns Solidários, Bom Prato Paulistano e outros
- Prever orçamento para SAN que aborde a situação de forma integral, priorizando os grupos mais vulneráveis e articulando ações em caráter emergencial, assistencial e estruturante

3) Cronograma da retomada do processo de confecção do II PLAMSAN

- Envio da recomendação à CAISAN
- Publicação da Portaria de criação de Grupo de Trabalho multidisciplinar composto por representantes do poder público e da sociedade civil, com chamamento à sociedade para elaboração de minuta do Plano
- Elaboração de minuta de decreto do Plano para publicação;
- Envio para Casa Civil;
- Realização de consulta pública
- Publicação em março/abril de 2024 pelo Gabinete do Prefeito.

4) Referências de apoio

- Documento produzido pelo Grupo de Trabalho para monitoramento do PLAMSAN
- Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- Plano Municipal pela Primeira Infância;
- Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico,
- Plano Municipal de enfrentamento às mudanças climáticas;
- Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Plano Estadual de Produção Orgânica e Agroecológica - PLEAPO
- Agenda FAO de Alimentação Urbana -
<https://www.fao.org/documents/card/es/c/CA3151PT>
- Pacto de Milão por uma Política de Alimentação Urbana -
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/assuntos_internacionais/index.php?p=270126
- Publicação do GANESAN, CSA/FAO, Sistemas alimentares sustentáveis sobre ODS 2. -
Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>
- Carta Política da VII Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2019
- Carta Política da VIII Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2023
- Documento de Recomendações do COMUSAN-SP, a partir do Relatório da VII Conferência Municipal de SAN, entregue em reunião da CAISAN em outubro de 2020.
- O Relatório de Localização dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável na cidade de São Paulo
<https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/link/relatorio-de-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-cidade-de-sao-paulo.pdf>

PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO PAULO – COMUSAN-SP

São Paulo, 18 de outubro de 2023